



Secretaria de Saúde
CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE FAZEM ENTRE SI, DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMUTANGA DO OUTRO LADO A EMPRESA CIRURGICA METROPOLITANA LTDA. CONFORME PROCESSO LICITATORIO Nº 001/2026 PREGÃO Nº 001/2026.

CONTRATO Nº 005/2026-FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMUTANGA, ESTADO DE PERNAMBUCO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Joaquim Nabuco, s/n, Centro, Camutanga -PE, inscrita no CNPJ sob o nº 11.348.486/0001-70, neste ato representado neste ato por sua Gestora, Sra. Lucineide de Andrade Pereira, brasileira, servidora pública, portadora da Carteira de Identidade de nº 4.317.475-SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 028.730.694-14, doravante denominado **CONTRATANTE**, e da outra parte a empresa **CIRURGICA METROPOLITANA LTDA**, com sede na Rua Abel Jose dos Santos, nº 55B, LOTE, Centro, São Lourenço da Mata-PE, CEP: 54.735-792, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.780.761/0001-64, doravante aqui denominada apenas **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo Sr. Cristina Maria Alves da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 285.072.074-72, residente e domiciliado na Rua Linha Ferrea, nº 1290, Socorro, Jaboatão dos Guararapes-PE, CEP: 54150430, doravante denominado **CONTRATADO**, estabelecem o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, e bilateralmente aceitam, ratificam e outorgam, mediante as condições e cláusulas a seguir dispostas pelas partes, a que estão obrigadas a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

Este Contrato rege-se pela Lei nº 14.133/21, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a **contratação de empresa para aquisições parceladas de medicamentos de atenção básica para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde da Camutanga- PE**, conforme detalhamento apresentado na Cláusula Terceira e especificações constantes do Edital do Processo Licitatório nº 001/2026, Pregão Eletrônico nº 001/2026, e da proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total estimado de **R\$ 478.197,20 (Quatrocentos e setenta e oito mil, cento e noventa e sete reais e vinte centavos)**, conforme disposto na proposta do CONTRATADO, sintetizada na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.000	R\$ 2,54	R\$ 7.620,00
5	ADRENALINA 1 MG/ML	HYPOFARMA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 0,64	R\$ 192,00
6	ÁGUA BIDESTILADA 250ML	FARMACE	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.000	R\$ 1,83	R\$ 5.490,00
11	AMIODARONA	HIPOLABOR	SOLUÇÃO	500	R\$ 1,77	R\$ 885,00



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
 Rua Joaquim Nabuco, s/n,
 Camutanga - PE, 55930-000
 www.camutanga.pe.gov.br



	50MG/ML.		INJETÁVEL			
12	AMOXICILINA 500MG	UNICHEM	CÁPSULA	30.000	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00
13	AMOXICILINA 50MG/ML. PÓ P/SUSPENSÃO ORAL.60ML	CIMED	PÓ PARA SUSPENSÃO	5.000	R\$ 2,62	R\$ 13.100,00
14	SULBACTAM SÓDICA + AMPICILINA	EUGIA	PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	R\$ 4,57	R\$ 3.656,00
21	AZITROMICINA 500MG	CRISTALIA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 10,34	R\$ 2.068,00
24	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 10ml	SAMTEC	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 0,64	R\$ 128,00
25	BISSULFATO DE CLOPIDROGEL 75MG	AUROBINDO	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,26	R\$ 780,00
26	CAPTOPRIL 25MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	100.000	R\$ 0,02	R\$ 2.000,00
27	CARVEDILOL 25 MG	EMS	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,09	R\$ 540,00
28	CARVEDILOL 6,25 MG	GERMED	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,05	R\$ 400,00
31	CEFALOTINA 1G	BLAU FARMACEUTICA	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 3,20	R\$ 640,00
32	CEFEPIMA 1G	TEUTO	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 6,08	R\$ 1.216,00
34	CETOPROFENO 100MG/ML ENDOVENOSA	CRISTALIA	PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.800	R\$ 2,14	R\$ 10.272,00
35	CETOPROFENO 50MG/ML INTRAMUSCULAR	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 1,07	R\$ 3.852,00
36	CIMETIDINA 150MG/ML	HYPOFARMA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.500	R\$ 0,86	R\$ 1.290,00
37	CIPROFLOXACINO 500MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,16	R\$ 3.200,00
38	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, DOSAGEM: 2MG/ML, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO INJETÁVEL, BOLSA 100ML.	FRESENIUS	BOLSA	300	R\$ 5,49	R\$ 1.647,00
39	CITRATO DE FENTANILA 78,5MCG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 2,13	R\$ 426,00
40	CLOPIDOGREL 75 MG	AUROBINDO	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,26	R\$ 1.300,00
41	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%	EQUIPLEX	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 0,30	R\$ 60,00
42	CLINDAMICINA 150MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.000	R\$ 2,26	R\$ 4.520,00
44	CLORETO DE SÓDIO 0,9%. SOLUÇÃO INJETÁVEL 500ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	SOLUÇÃO INJETÁVEL	10.000	R\$ 2,26	R\$ 22.600,00
45	CLORETO DE SÓDIO 10% 10ML	SAMTEC	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 0,26	R\$ 52,00
46	CLORETO DE SÓDIO 20%. 10ML	SAMTEC	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 0,25	R\$ 50,00
47	CLORIDRATO DE METOCLORPAMIDA 5MG/ML	FARMACE	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.800	R\$ 0,50	R\$ 2.400,00
48	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG	TEUTO	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
49	CLORIDRATO PROMETAZINA 25MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.800	R\$ 2,54	R\$ 12.192,00



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
 Rua Joaquim Nabuco, s/n,
 Camutanga - PE, 55930-000
 www.camutanga.pe.gov.br



PREFEITURA DE
CAMUTANGA
 A SERVIÇO DE TODOS

50	COLAGENASE 0,6 UI SEM CLORANFENICOL	CRISTALIA	POMADA	120	R\$ 7,51	R\$ 901,20
52	DESLANÓSIDO 0,2MG/ML	UNIAO QUIMICA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 1,74	R\$ 348,00
55	DEXAMETASONA 2MG/ML	HYPOFARMA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.000	R\$ 0,57	R\$ 2.280,00
56	DEXAMETASONA 4MG/ML	HYPOFARMA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	6.000	R\$ 0,61	R\$ 3.660,00
57	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,04	R\$ 240,00
58	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4MG	NATULAB	SOLUÇÃO	3.600	R\$ 1,07	R\$ 3.852,00
59	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	25.000	R\$ 0,05	R\$ 1.250,00
60	DICLOFENACO POTÁSSICO 75MG/3ML	FARMACE	SOLUÇÃO INJETÁVEL	6.000	R\$ 1,00	R\$ 6.000,00
61	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML	CIMED	SOLUÇÃO ORAL	150	R\$ 2,47	R\$ 370,50
62	DIGOXINA 0,25MG	TEUTO	COMPRIMIDO	1.500	R\$ 0,18	R\$ 270,00
63	DINITRATO ISOSSORBIDA 10MG	EMS	COMPRIMIDO	800	R\$ 0,34	R\$ 272,00
64	DIPIRONA 500MG	GREENPHARMA	COMPRIMIDO	80.000	R\$ 0,10	R\$ 8.000,00
65	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML	NATULAB	SOLUÇÃO ORAL	4.800	R\$ 1,03	R\$ 4.944,00
66	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML	TEUTO	SOLUÇÃO INJETÁVEL	10.000	R\$ 0,34	R\$ 3.400,00
67	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA CLORIDRATO 50MG + 50MG/ML	HYPERA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 5,00	R\$ 18.000,00
68	ENALAPRIL MALEATO 10MG	CIMED	COMPRIMIDO	100.000	R\$ 0,03	R\$ 3.000,00
71	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 6,67MG/ML+DIPIRONA 333MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO ORAL	500	R\$ 3,95	R\$ 1.975,00
72	ESPIRONOLACTONA 25MG	EMS	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,14	R\$ 1.400,00
73	ESPIRONOLACTONA 50MG	EMS	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,25	R\$ 2.000,00
74	ETILEFRINA 10MG/ML	UNIAO QUIMICA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 1,21	R\$ 242,00
77	FLUCONAZOL 150MG	BELFAR	CÁPSULA	5.000	R\$ 0,45	R\$ 2.250,00
78	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO ORAL	3.600	R\$ 2,74	R\$ 9.864,00
79	FUROSEMIDA 40MG	HIPOLABOR	COMPRIMIDO	50.000	R\$ 0,04	R\$ 2.000,00
80	GLIBENCLAMIDA 5MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	100.000	R\$ 0,03	R\$ 3.000,00
81	GLICEROL 120MG/ML 500ML	EQUIPLEX	SOLUÇÃO RETAL	200	R\$ 8,16	R\$ 1.632,00
82	GLICOSE 5% 500ML	FRESENIUS	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.500	R\$ 4,80	R\$ 7.200,00
83	GLICOSE 50% 10ML	SAMTEC	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.600	R\$ 0,41	R\$ 1.066,00
84	GLICONATO DE CÁLCIO	ISOFARMA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 1,94	R\$ 970,00
85	HEPARINA 5000 UI/0,25 UI/ML	CRISTALIA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.000	R\$ 8,95	R\$ 8.950,00
86	HIDRALAZINA 20MG/ML	CRISTALIA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 3,60	R\$ 12.960,00
87	HIDROCLORETO NALOXONA 0,4 MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	50	R\$ 6,98	R\$ 349,00
88	HIDROCLOROTRIAZIDA	CIMED	COMPRIMIDO	200.000	R\$ 0,02	R\$ 4.000,00

**Secretaria de Saúde**

CNPJ: 11.348.486/0001-70
 Rua Joaquim Nabuco, s/n,
 Camutanga - PE, 55930-000
 www.camutanga.pe.gov.br



PREFEITURA DE
CAMUTANGA
 A SERVIÇO DE TODOS

96	ISOSSORBIDA 10MG	EMS	COMPRIMIDO	800	R\$ 0,20	R\$ 160,00
98	LIDOCAÍNA 2%, CLORIDRATO GEL 30G	PHARLAB	GEL	300	R\$ 3,00	R\$ 900,00
105	METOPROLOL 1 MG/ML	TEUTO	SOLUÇÃO INJETÁVEL	200	R\$ 0,80	R\$ 160,00
106	METRONIDAZOL 100MG	PRATI DONADUZZI	CREME VAGINAL	2.000	R\$ 6,25	R\$ 12.500,00
107	METRONIDAZOL 250MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,14	R\$ 1.120,00
110	MICONAZOL 2%.	HIPOLABOR	CREME TÓPICO	1.500	R\$ 1,95	R\$ 2.925,00
111	MIDAZOLAM 5MG/ML AMP C/3ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 1,95	R\$ 585,00
112	NEOMICINA 5MG/G + BACITRACINA 250UI/G. POMADA 10G	PRATI DONADUZZI	POMADA	3.000	R\$ 2,30	R\$ 6.900,00
113	NIFEDIPINO 10MG	NEOQUIMICA	CÁPSULA	300	R\$ 0,30	R\$ 90,00
114	NISTATINA CREME VAGINAL	PRATI DONADUZZI	CREME VAGINAL	2.500	R\$ 6,00	R\$ 15.000,00
115	NOREPINEFRINA 2MG/ML C/4ML	HYPOFARMA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 1,60	R\$ 480,00
116	OCITOCINA 5UI/ML	BLAU FARMACEUTICA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	300	R\$ 3,00	R\$ 900,00
117	ÓLEO MINERAL. FRASCO 100ML	AIRELA	SOLUÇÃO ORAL	100	R\$ 3,36	R\$ 336,00
119	OMEPRAZOL 40MG	BLAU FARMACEUTICA	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.800	R\$ 7,72	R\$ 37.056,00
120	ONDANSETRONA 2 MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.800	R\$ 0,97	R\$ 4.656,00
121	OXACILINA 500MG	BLAU FARMACEUTICA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	R\$ 3,77	R\$ 3.016,00
122	PARACETAMOL 200MG/ML	FARMACE	SOLUÇÃO ORAL	3.000	R\$ 1,23	R\$ 3.690,00
123	PARACETAMOL 500MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,05	R\$ 1.500,00
124	PERMETRINA 1%.	NATIVITA	SOLUÇÃO TÓPICA	800	R\$ 2,30	R\$ 1.840,00
125	PERMETRINA 5%.	NATIVITA	SOLUÇÃO TÓPICA	1.000	R\$ 3,30	R\$ 3.300,00
128	POLIVITAMINICO COMPLEXO B	SANTISA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.800	R\$ 1,05	R\$ 5.040,00
130	PREDNISONA 20MG	NEOQUIMICA	COMPRIMIDO	7.000	R\$ 0,13	R\$ 910,00
131	PROPRANOLOL 40MG CLORIDRATO	OSÓRIO DE MORAES	COMPRIMIDO	25.000	R\$ 0,03	R\$ 750,00
132	RINGER LACTATO SÓDICO 500ML	EQUIPLEX	SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 4,00	R\$ 14.400,00
134	SALBUTAMOL 100MCG	TEUTO	AEROSSOL	3.000	R\$ 7,00	R\$ 21.000,00
135	SIMETICONA 75MG/ML	NATULAB	SOLUÇÃO ORAL	3.000	R\$ 1,00	R\$ 3.000,00
136	SINVASTATINA 20MG	CIMED	COMPRIMIDO	80.000	R\$ 0,05	R\$ 4.000,00
138	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9%, 500ML, SOLUÇÃO ESTÉRIL NÃO INJETÁVEL, SISTEMA ABERTO, COM BICO DOSADOR E TAMPA	FARMAX	FRASCO	4.000	R\$ 3,40	R\$ 13.600,00
139	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTIZONA 100MG	TEUTO	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	3.600	R\$ 2,82	R\$ 10.152,00
140	SUCCINATO SÓDICO DE	TEUTO	PÓ PARA SOLUÇÃO	3.600	R\$ 3,94	R\$ 14.184,00



**Secretaria de Saúde**

CNPJ: 11.348.486/0001-70
 Rua Joaquim Nabuco, s/n,
 Camutanga - PE, 55930-000
 www.camutanga.pe.gov.br



	HIDROCORTIZONA 500MG		INJETÁVEL			
141	SULFADIAZINA DE PRATA 1%.	NATIVITA	CREME	800	R\$ 5,15	R\$ 4.120,00
142	SULFAMETOXAZOL+ TRIMETROPRIN 40+8MG/ML	EMS	SUSPENSÃO ORAL	1.000	R\$ 3,00	R\$ 3.000,00
143	SULFAMETOXAZOL+ TRIMETROPRIN 400+80MG	PRATI DONADUZZI	COMPRIMIDO	18.000	R\$ 0,14	R\$ 2.520,00
144	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG	FARMACE	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 0,72	R\$ 360,00
145	SULFATO DE MAGNÉSIO 10%	SAMTEC	SOLUÇÃO INJETÁVEL	800	R\$ 0,80	R\$ 640,00
146	SULFATO DE GENTAMICINA 80MG/ML	SANTISA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	1.000	R\$ 0,80	R\$ 800,00
148	SULFATO FERROSO 40MG	NUNESFARMA	COMPRIMIDO	18.000	R\$ 0,03	R\$ 540,00
149	SULFATO SALBUTAMOL 0,5MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	500	R\$ 4,00	R\$ 2.000,00
153	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000	TEUTO	PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	4.000	R\$ 2,19	R\$ 8.760,00
156	ROCURÔNIO 10MG/ML	VOLPHARMA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
157	NITROGLICERINA 5MG/ML	CRISTALIA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	150	R\$ 19,18	R\$ 2.877,00
159	FLUMAZENIL 0,1MG/ML	HIPOLABOR	SOLUÇÃO INJETÁVEL	150	R\$ 4,99	R\$ 748,50
160	VITAMINA C/ÁCIDO ASCÓRBICO 200MG/ML. SOL. ORAL C/20ML	AIRELA	SOLUÇÃO ORAL	2.000	R\$ 0,98	R\$ 1.960,00
161	CLORIDRATO DE AMBROXOL 3 MG/ML XAROPE INFANTIL - FRASCO 120 ML.	FARMACE	FRASCO	3.000	R\$ 2,80	R\$ 8.400,00
162	CLORIDRATO DE AMBROXOL 6 MG/ML XAROPE ADULTO - FRASCO 120 ML.	AIRELA	FRASCO	3.000	R\$ 3,00	R\$ 9.000,00
163	BROMOPRIDA 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20ML, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, Nº DE LOTE, FABRICAÇÃO E VALIDADE.	AIRELA	SOLUÇÃO ORAL	2.000	R\$ 2,00	R\$ 4.000,00
165	TENOXICAM, DOSAGEM: 20 MG, INDICAÇÃO: INJETÁVEL.	UNIAO QUIMICA	SOLUÇÃO INJETÁVEL	2.500	R\$ 4,80	R\$ 12.000,00
166	ITRACONAZOL 100MG	GEOLAB	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,80	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL: R\$ 478.197,20 (Quatrocentos e setenta e oito mil, cento e noventa e sete reais e vinte centavos)						R\$ 478.197,20

Parágrafo único. No valor contratual estão inclusas todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



As despesas em decorrência do objeto deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PODER EXECUTIVO

0206 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMUTANGA

10.301.0005.2044.0000 - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

10.302.0005.2094.0000 - MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES E AMBULATORIAL

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO

3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

I - O objeto deverá ser entregue de acordo com a proposta e com as especificações descritas na Cláusula Terceira deste Contrato.

II - O prazo para entrega do objeto licitado é de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho e da respectiva Ordem de Fornecimento.

III - **Local de entrega** - Rua Joaquim Nabuco, s/n, Centro, Camutanga -PE, em dias úteis, no horário das 08h00min às 15h00min.

IV - O prazo de validade dos produtos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.

V - O material/medicamento deverá apresentar em seu rótulo a data de fabricação, prazo de validade, marca, fabricante, informações em língua portuguesa, número do lote, composição, número de registro na ANVISA, quando for o caso, e código de barras bidimensional.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

I - Executar o objeto contratual conforme especificações e exigências constantes de sua proposta e do Termo de Referência (Anexo I) do edital;

II - Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE;

III - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste Contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas no Edital e na Lei Federal nº 14.133/21;

IV - Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução contratual;

V - Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

VI - Responder por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



VII - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato. A inadimplência do CONTRATADO com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

VIII - Arcar com os seguros que decorram direta ou indiretamente do Contrato, bem como relativos a quaisquer acidentes e/ou danos causados ao CONTRATANTE e a terceiros;

IX - Substituir o produto caso não atenda a especificação no prazo máximo de 03 (três) dias a partir do chamado da responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual do CONTRATANTE.

X - Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato;

XI - Manter, durante toda a execução do Contrato as mesmas condições da habilitação;

XII - Manter os preços pactuados;

XIII - Emitir notas fiscais de fornecimento, apresentando-a ao CONTRATANTE para ateste e pagamento, indicando prazo de validade dos produtos, número do lote, data de emissão, dados do CONTRATANTE e do CONTRATADO, período de execução, valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias;

XIV – Não subcontratar total ou parcialmente o objeto deste Contrato;

XV - Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

XVI – Indicar Preposto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1º O regime jurídico que rege este Contrato confere ao CONTRATANTE as prerrogativas constantes do art. 104, da Lei 14.133/21, as quais são reconhecidas pelo CONTRATADO.

§ 2º São obrigações do CONTRATANTE:

I - Providenciar publicação do extrato do presente Contrato no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco – AMUPE e no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, como condição de eficácia do mesmo;

II - Receber o objeto deste Contrato, verificando se a qualidade e os quantitativos do objeto executado pelo CONTRATADO estão em conformidade com as especificações exigidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, emitindo atesto de recebimento na nota fiscal eletrônica;

III - Acompanhar e fiscalizar a boa execução do Contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratual e legalmente previstas, comunicando ao CONTRATADO as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;

IV - Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva execução do objeto deste Contrato;

V - Vetar o recebimento de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta do CONTRATADO;



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



- VI - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- VII - Efetuar os pagamentos no prazo e nas condições indicados neste Contrato, comunicando ao CONTRATADO quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizá-los;
- VIII - Aplicar ao CONTRATADO as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- IX - Proporcionar ao CONTRATADO todos os meios necessários para a fiel execução do Contrato.
- X - Designar Gestor e Fiscal do Contrato, aos quais caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato.
- XI - Certificar-se, antes de efetuar cada pagamento para os itens de medicamentos, de que os valores a serem pagos são inferiores ao máximo permitido por lei. Caso o valor a ser pago seja superior ao previsto na TABELA CMED, tal fato deve ser comunicado à CMED e aos Ministérios Público Federal e Estadual, sob pena de responsabilização por aquisição antieconômica e pela devolução dos recursos pagos acima do teto estabelecido pelos normativos da CMED.
- XII - Notificar o CONTRATADO sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do objeto executado, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o CONTRATADO de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

O CONTRATANTE indicará servidor para acompanhar a execução do Contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos produtos fornecidos.

§ 1º O objeto será recebido provisoriamente por servidor designado pelo CONTRATANTE para verificação da conformidade do bem com as especificações exigidas no Edital no prazo de 05 (cinco) dias da entrega e definitivamente, por servidor designado pelo CONTRATANTE, após a comprovação de que a entrega foi executada de acordo com o edital e anexos, em até 10 (dez) dias do recebimento provisório.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos fornecidos, nem ético-profissional do CONTRATADO pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

§ 3º Caso o objeto não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido neste Contrato, será o mesmo rejeitado, caso em que terá o CONTRATADO o prazo de 03 (três) dias, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo CONTRATANTE, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o objeto. O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 4º O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.





Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



§ 5º Nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21, a execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§ 6º O Fiscal e o Gestor do Contrato poderão solicitar auxílio jurídico e do controle interno do CONTRATANTE, objetivando dirimir dúvidas e obter subsídios para prevenir riscos na execução contratual.

§7º A Gestão do Contrato será de responsabilidade da servidora **Lucineide de Andrade Pereira**, enquanto a Fiscalização será exercida pela servidora **Hysla Micelane da Silva**.

§ 8º Caberá ao Fiscal do Contrato:

I - Acompanhar a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

II – Tomar nota no histórico de gerenciamento do Contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III – Ao identificar qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do Contrato emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção;

IV - Informar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato.

V - Comunicar ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

VI - Verificar a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

VII – Atuar, caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

§ 9º Caberá ao Gestor do Contrato:

I - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;

II - Acompanhar os registros realizados pelo(s)Fiscal(is) do Contrato das ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



III - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

IV - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do Contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

V - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de Contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

VI - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do Contrato;

VII - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do Contrato, com apoio do(s) fiscal(is);

VIII - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s)Fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo CONTRATADO, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

IX - Realizar o recebimento definitivo do objeto do Contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

X - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, devendo ser apresentados os seguintes documentos:

I - Nota fiscal eletrônica original do CONTRATADO devidamente atestada por servidor designado pela Secretaria do CONTRATANTE;

a) A Nota Fiscal deverá conter: prazo de validade dos produtos, número do lote, data de emissão, dados do CONTRATANTE e do CONTRATADO, período de execução, valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias;

II - Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS, FGTS e CNDT;

III – Atesto do setor competente.

IV – A dedução do ICMS, quando aplicável, deve ficar explícita na Nota Fiscal, que deve conter a alíquota incidente e, em seguida, deduzir o que seria devido caso não houvesse o benefício.



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



§1º O prazo para pagamento será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

§2º Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o CONTRATANTE deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

§3º Constatando-se, a situação de irregularidade fiscal e/ou trabalhista do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

§4º Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e/ou trabalhista quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

§5º Persistindo a irregularidade fiscal e/ou trabalhista, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

§6º Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

I - Será rescindido o Contrato em execução com o CONTRATADO inadimplente, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

§7º Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

§8º Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

§9º O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados do CONTRATADO no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

§10º As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor do CONTRATADO, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ constante deste Contrato.

§11 Estando autorizado pelos Órgãos de Fazenda Estaduais ou Municipais a emitir notas fiscais eletrônicas em suas respectivas áreas de atuação, o CONTRATADO deverá enviar em formato PDF, os documentos hábeis de comprovação das despesas (notas fiscais), recibos, certidões de regularidade, mapas de medição, conforme o caso.

§12 Os pagamentos serão feitos por meio de transferências bancárias emitidas pelo Setor Financeiro do CONTRATANTE, exclusivamente para crédito direto em qualquer tipo de conta bancária informada pelo CONTRATADO.



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



§13 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, devidamente apuradas em processo administrativo.

§14 O pagamento de qualquer fatura poderá ser susgado, no todo ou em parte, caso haja débito para com o CONTRATANTE e caso a o fornecimento tenha sido realizado em desacordo com as condições contratadas.

§15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

I – O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E REAJUSTE

Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, e do artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

§ 2º Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao Contrato.

§3º A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

§ 4º O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§ 5º Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma o CONTRATADO, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

§ 6º Fica estabelecido como critério de reajustamento de preços o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, respeitado o interregno mínimo de um ano contado da data limite para apresentação do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

§ 7º Em situações excepcionais de flutuação atípica dos preços de mercado, quando a variação do índice adotado implicar reajuste desproporcional, poderá ser negociada entre as partes a adoção de preço compatível.

§ 8º O reajustamento será precedido de requerimento formal do CONTRATADO, protocolado durante a vigência contratual e respeitada a anualidade. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pelo CONTRATADO.



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



§ 9º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 10 A prorrogação do prazo de vigência contratual por culpa exclusiva do CONTRATADO não dará ensejo a reajustamento de preços incidente no período.

§ 11 O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes.

§ 12 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

O CONTRATADO deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

§ 1º Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

I - Der causa a inexecução parcial do contrato;

II - Der causa inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao interesse coletivo;

III - Der causa a inexecução total do contrato;

IV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa a inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do § 1º, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do § 1º, bem como dos incisos II, III e IV do § 1º, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

IV - Multa:

a) Compensatória, para as infrações descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do § 1º, de 0,50% a 30% do valor do Contrato;

b) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista inciso III do § 1º, de 20% a 30% do valor do



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



Contrato;

c) Compensatória, para inexecução parcial do contrato prevista inciso II do § 1º, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;

d) Compensatória, para a infração descrita no inciso IV do § 1º, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato;

e) Compensatória, para a infração descrita inciso I do § 1º, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

§ 3º A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

§ 4º Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

I - Antes da aplicação da multa ser facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

III - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 5º A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 6º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 7º Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

§ 8º A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



Secretaria de Saúde
CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 9º O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

§ 10º As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§ 1º O presente Contrato poderá ser extinto nas condições estabelecidas nos artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/21.

§ 2º A extinção do Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 3º A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 4º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do CONTRATANTE, o CONTRATADO será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de extinção;

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

I - Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;

II - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

§1º O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em Lei;



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



II - Por acordo entre as partes:

a) Quando necessária a modificação do modo de execução, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;

c) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do Contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco.

§2º Em caso de alteração unilateral, o CONTRATADO será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

§3º As alterações unilaterais a que se refere o §1º não poderão transfigurar o objeto da contratação.

§4º Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do CONTRATADO, o CONTRATANTE deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§5º A extinção do Contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

§6º A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo CONTRATADO, das prestações determinadas pelo CONTRATANTE no curso da execução do Contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

§7º Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

§8º Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio Contrato;

II - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;

III - Alterações na razão ou na denominação social do CONTRATADO;

IV - Empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA

Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026, com seus anexos, e a proposta do CONTRATADO.

§ 1º O CONTRATADO fica obrigado a manter durante a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Processo Licitatório nº



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



001/2026, Pregão Eletrônico nº 001/2026, e a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, CNDT, INSS e FGTS.

§ 2º Este Contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais nº 14.133/2021 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONTAGEM DOS PRAZOS

A contagem dos prazos estabelecidos neste contrato observará as disposições do artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMUNICAÇÕES

Todas as comunicações do CONTRATANTE ao CONTRATADO, ou vice-versa, serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – PUBLICIDADE DOS ATOS

Conforme dispõe o artigo 94, da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente instrumento contratual e seus aditamentos serão divulgados pelo CONTRATANTE no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no seu sítio eletrônico oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – TERMO ADITIVO

Qualquer medida que implique alteração de direitos e obrigações aqui pactuados será formalizada por termo aditivo ao Contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste Contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO

Nos termos do artigo 92, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato é a Comarca da Cidade de Camutanga, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Camutanga, 23 de fevereiro de 2026.

Lucineide de Andrade Pereira
Lucineide de Andrade Pereira
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Camutanga
CONTRATANTE



Secretaria de Saúde

CNPJ: 11.348.486/0001-70
Rua Joaquim Nabuco, s/n,
Camutanga - PE, 55930-000
www.camutanga.pe.gov.br



CIRURGICA
METROPOLITANA
LTDA:04780761000164

Assinado de forma digital
por CIRURGICA
METROPOLITANA
LTDA:04780761000164

CIRURGICA METROPOLITANA LTDA
CNPJ: 04.780.761/0001-64
CRISTINA MARIA ALVES DA SILVA
CPF: 285.072.074-72
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME:	<i>Lucas Pereira Cabral Silva</i>
CPF:	<i>274.726.794-67</i>
NOME:	<i>Pedro Leo da Silva</i>
CPF:	<i>088.482.774-70</i>